

100 ANOS DE *ORPHEU*

http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v13i24p264-268*

Por Carlos Felipe Moisés¹

Uma das primeiras ideias que me vieram à mente, algum tempo atrás, ao me dar conta da proximidade do centenário, é que quando pensamos em *Orpheu* pensamos de imediato em Fernando Pessoa. A associação é inevitável. Pessoa é unanimidade universal, muito acima dos seus pares, de modo que nos parece natural *Orpheu* vir a reboque da sua figura extraordinária. Os vários anúncios das comemorações, em toda parte, sugerem que o centenário *da revista* tende a se converter em pretexto para que, mais uma vez, Pessoa monopolize toda a nossa atenção, e é perfeitamente possível justificá-lo: o criador dos heterônimos é, de fato, a grande personalidade não só da sua geração, mas de toda a modernidade literária, em língua portuguesa. Mas centrar o foco no grande poeta pode levar-nos a perder a oportunidade de rever ou de repensar *Orpheu* propriamente dito, isto é, *Orpheu* como ação coletiva, movimento encetado por todo um grupo de escritores e artistas. Com isso perde-se também a oportunidade de rever a evidência, raramente colocada em tela de juízo: a genialidade de Fernando Pessoa acaba por obscurecer o que está em redor.

Araripe Jr., crítico e historiador da virada do século XIX para o XX, ao tratar das relações entre colônia e metrópole, fala em “obnubilar”, “obnubilação”. Não é o nosso caso, claro está, mas a imagem é preciosa e pode aplicar-se à questão que tento esboçar: a figura de Fernando Pessoa é tão grandiosa que “obnubila”, coloca na sombra ou no limbo todo o resto. E esse *resto* inclui ninguém menos que Camilo Pessanha, Raul Brandão, Sá-Carneiro, Almada Negreiros, Florbela Espanca e outros, assim como os que

* Publicado originalmente na revista *Desassossego*, v. 8, n. 15, jun/2016:

<https://www.revistas.usp.br/desassossego/issue/view/8738>

DOI original: <https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v8i15p196-199>

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

vieram em seguida: José Régio, Jorge de Sena, Eugênio de Andrade, Herberto Helder, Ruy Belo e tantos mais, até os dias de hoje. Há uma quantidade de poetas, escritores e artistas de altíssimo nível, no século XX, que acabam sendo obscurecidos pelo brilho invulgar de Pessoa.

Eu costumo dizer, um pouco para fazer graça, que, se tivesse vivido no século XVII, Sá de Miranda teria cravado seu nome na história como grande poeta que é, muito acima dos versejadores canhestros daquele período. Mas o destino quis que ele nascesse, vivesse e criasse a sua poesia ao lado do Trinca-Fortes, daí resultando que não seja lembrado senão como simples coadjuvante. Obnubilado pelo vulto do grande Camões, Sá de Miranda não teve, e talvez nunca venha a ter, o reconhecimento que merece. Não poderíamos dizer o mesmo de vários poetas do século XX, todos meros coadjuvantes, obnubilados por Pessoa?

Veja-se o caso de Teixeira de Pascoais. Seria exagero afirmar que é um grande poeta, parece que não o é, mas ser lembrado tão só como aquele escritor que, em 1912, franqueou as páginas da sua revista para que nela Pessoa fizesse a sua estreia, como crítico, não é outro exagero? E Sá-Carneiro?... Não é, claro está, um nome esquecido como o de Pascoais, tem sido muitas vezes lembrado e apreciado, tem recebido algum reconhecimento, mas muito aquém do devido, se dermos crédito à opinião de José Régio, por exemplo. Num texto antigo, dos primeiros tempos da *Presença*, Régio afirma que o grande poeta, o mais genuíno da geração de *Orpheu*, é Sá-Carneiro. E vai além: o sonho do homem futuro, o homem da personalidade múltipla, sonho a que Pessoa deu a forma da heteronímia, já está todo ali, na poesia e na prosa magníficas de Sá-Carneiro. Segundo Régio, a proeza pessoana não passa de “arremedo pobre de intelectual”, quando posta em confronto com a extraordinária “sinceridade” e com a grandeza verdadeiramente poética de Sá-Carneiro.

Exageros e controvérsias à parte, o fato é que nem Pascoais, nem Sá-Carneiro, nem o próprio Régio, além de vários outros, têm tido o reconhecimento que merecem, não porque lhes faltem méritos, mas porque tiveram o azar de serem contemporâneos ou sucessores imediatos da magnitude de um Pessoa.

Mas essa, a das possíveis injustiças que há um século vimos endossando, talvez nem seja a questão primordial. O mais relevante, assim me parece, é que o destaque absoluto concedido a Fernando Pessoa nos tem levado a adiar, quando não a distorcer, desde 1915, a pergunta que

interroga pela caracterização de *Orpheu* como ação coletiva. A revista, hoje centenária, não é só aquele momento mágico que viu surgir o seu grande astro, desde então foco de todas as atenções. *Orpheu* é também – enquanto doutrina, enquanto movimento coletivo – o mais flagrante e fecundo exemplo de hibridez, nos quadros da modernidade.

Sabemos que a ideia da revista nasceu no Brasil. Luís de Montalvor, diplomata, servia no Rio de Janeiro e de seus contatos com a intelectualidade local surgiu o projeto de um periódico luso-brasileiro, que introduzisse a arte moderna nos dois países ao mesmo tempo. É o que temos no primeiro número de *Orpheu*, lançado em Lisboa, sob a direção de Montalvor, para Portugal, e de Ronald de Carvalho, para o Brasil. Mas a ideia foi logo abandonada. Já no segundo número a direção passa a ser exercida por Pessoa e Sá-Carneiro e a edição não faz referência a possíveis vínculos com o Brasil. A revista assume a sua vocação europeia.

À parte a mudança de direção, o que temos no conjunto das colaborações que integram os dois números – e podemos incluir aí o terceiro, que não chegou a ser publicado, na altura – é a coexistência de duas correntes. De um lado, o gosto decadentista, finissecular, o esteticismo de raízes neo-simbolistas, o culto do vago etc., atributos claramente defendidos por Montalvor, na nota introdutória do primeiro número, e perfeitamente visíveis nas contribuições de Ronald de Carvalho, Alfredo Pedro Guisado, Cortes-Rodrigues, Eduardo Guimarães e outros, mas também do próprio Fernando Pessoa de *O marinheiro* ou da “Chuva oblíqua”. Trata-se de uma tendência moderna, inovadora, com seu quê de estranho e inusitado, já de si suficiente para irritar a “lepidopteria” reinante, mas diríamos que é um avanço moderado, vanguarda mitigada, a seu modo conservadora, que não chega a pôr em xeque as bases da tradição. De outro lado, temos a “Ode triunfal”, de Álvaro de Campos, a “Manucure”, de Sá Carneiro, ou “A cena do ódio”, que Almada destinara ao terceiro número da revista, e aí o quadro muda: rebeldia e transgressão levadas ao extremo, irreverência, iconoclastia, propósito ostensivo de romper radicalmente com todas as normas da tradição. Vanguarda revolucionária, portanto, nada moderada.

Não seria possível analisar aqui as magnas questões implicadas na coexistência dessas duas correntes. Vamos então, ainda que figuradamente, e em esquema, ao que mais interessa. *Orpheu* é um rosto bifronte, uma face voltada para o passado, outra para o futuro, mas – e isto

merece o máximo da nossa atenção – ambas dependentes uma da outra, indissociáveis, ambas a ocupar o mesmo espaço e o mesmo corpo, em pé de igualdade. Como afirmei antes, *Orpheu* quer dizer hibridez, a paradoxal coexistência dos opostos, que em princípio se excluem ou deveriam excluir-se. E hibridez, no caso, é emblema da luta incessante contra toda e qualquer espécie de dogmatismo e sectarismo. Aí está o legado vivo que temos, hoje, da centenária revista: não um mero pretexto, pacote pronto a ser reverenciado em datas redondas, mas ambicioso projeto a ser levado adiante – tal como Almada Negreiros o defendeu, até o fim.

Se os moços de *Orpheu* tivessem concentrado seu interesse só na primeira tendência, o movimento teria desaparecido em 1915-1916, sem deixar vestígios; se, ao contrário, tivessem apostado apenas na iconoclastia radical, o movimento teria sido repudiado e esquecido pela geração que vem em seguida, a da *Presença*, em razão do seu firme propósito de aprofundar, a sério, as conquistas do espírito moderno – antidogmático, anti-sectário. Mas o que se deu é que Régio, Branquinho da Fonseca e Gaspar Simões, líderes presencistas da primeira hora, assumiram sem hesitar a sua condição de discípulos e continuadores da estética inaugurada pela geração anterior, e isto só foi possível graças à hibridez de origem.


Uma leitura simplificadora, não obstante frequente, sugere que a “verdadeira” estética de *Orpheu*, a sua “verdadeira” modernidade, se restringe à segunda corrente, a da rebeldia radical, representada por Sá-Carneiro, Álvaro de Campos e Almada; e que a primeira, a do esteticismo de raízes neo-simbolistas, não passa de anacrônico vestígio da estética oitocentista, intrometido século XX adentro. Mas não é o que temos: *Orpheu* é a soma das duas tendências, almejando realizar, assim, o sonho da fusão dos contrários. Passado e futuro, conservação e mudança, o novo e o velho indissociavelmente entrelaçados, como irmãos siameses que lutam encarniçadamente para anular um ao outro, mas sabem que a anulação do outro levaria à auto anulação. Só assim se explica a sua longevidade, só assim faz sentido a série de desdobramentos da hibridez que se prolonga e se refaz, geração após geração, até os dias de hoje.

A ação coletiva de *Orpheu* alimenta os vários estilos de época que formam o quadro geral da moderna literatura portuguesa. E, se pensarmos só em Fernando Pessoa, como é de hábito, já aí temos, para retomar o esquema ao qual recorri de início, a mesma hibridez, a mesma coexistência

de opostos que se excluem ou deveriam excluir-se: a gritaria histórica de Álvaro de Campos e o sereno lirismo tradicionalista do ortônimo; o cosmopolitismo do mesmo Campos e o provincianismo das *Quadras ao gosto popular*; a dispersão fragmentária e desassossegada do guarda-livros Bernardo Soares e a apaziguada unidade ideológica do guardador de rebanhos Alberto Caeiro; o futurismo do “Ultimatum” ou das odes whitmanianas de Campos e o culto ao passado das odes horacianas de Ricardo Reis; e assim por diante.

A grandeza de Fernando Pessoa tem que ver, ao que parece, com a sua tentativa de levar ao extremo a ideia superior da fusão dos contrários, mas essa ideia já existe desde 1915, quando a intervenção coletiva de *Orpheu* pôs em circulação a hibridez que lhe dá a sua duradoura forma substancial.

A conclusão, como Pessoa vaticinou em 1935, é uma só: “*Orpheu* acabou. *Orpheu* continua”.

Licença: 

Transcrição do depoimento conduzido por Lilian Jacoto, gravado em vídeo por Roberta Ferraz (2015).

Carlos Felipe Moisés

Poeta. Professor de Letras da Universidade de São Paulo. Falecido em 2017.